Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

Brasília, *|DATE:d|* de junho de *|DATE:Y|*
edição 370

Serviço de Notícias - iNFRAEnergia

Bom dia, *|FNAME|*!
Nesta edição do iNFRAEnergia: Brasduto | Risco Hidrológico | Diário Oficial | Fique de Olho | Clipping

FIRJAN CRITICA PROJETO QUE PREVÊ USO DE VERBAS DO PRÉ-SAL NO BRASDUTO

Andréa Shad, para a Agência iNFRA

Do Rio de Janeiro
A Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) é contrária ao uso de verbas da exploração de petróleo e gás do pré-sal para o Brasduto, fundo para construção de gasodutos no país, que está sendo discutido na Câmara dos Deputados.
"Apesar de o estado do Rio já ter uma rede de distribuição e de transporte de gás, é importante destacar que o recurso que está sendo disponibilizado neste projeto, o do pré-sal, não é adequado. É preciso que essa verba seja usada para investimento em educação e saúde, como está previsto em lei", opina a gerente de Petróleo e Gás da Firjan, Karine Fragoso.

O PL (projeto de lei) 10.985/18 prevê que 20% da arrecadação do pré-sal seja destinada ao fundo. Mas Karine acredita que, se houver um ambiente propício ao mercado do gás, regulado, o investimento em gasodutos vai acontecer e não será necessário usar o recurso do pré-sal.
Segundo ela, há uma urgência na nova regulamentação do gás, para que traga a abertura desse mercado, com um número maior de agentes, seja o gás como insumo ou como fonte de energia.
"Temos a expectativa de que o gás possa de fato ser o combustível da transformação da indústria no país. O potencial de demanda de energia é muito grande. Quando questões de economia forem destravadas, o gás poderá contribuir para a reindustrialização do Brasil", prevê Karine.

A gerente lembra que desde a nova lei do petróleo, há 22 anos, que o país espera medidas para abrir o mercado de óleo e gás. Segundo ela, Firjan se posiciona pela quebra dos monopólios de óleo e gás há muito tempo. E, para isso, espera medidas legais e infralegais para ter um ambiente regulável e estável. Karine acredita que haverá investimento privado em produção, escoamento, tratamento e distribuição, com acesso ao mercado livre do gás.

"Na medida que você quebra esse monopólio, você pode atrair mais investimentos para construção desse mercado demandador, seja via termelétrica, ou via indústrias que consomem o gás, como as petroquímicas e outras", diz Karine.

Consumo automotivo supera o industrial
No Rio de Janeiro, a geração de energia elétrica lidera o consumo de gás natural com 64% de 2010 a 2019, e a atividade industrial costumava vir em segundo lugar, com 17% do consumo. Mas a partir de 2016, o segmento automotivo assume a segunda posição, e neste ano, já está 13% acima do industrial.

Este cenário é um reflexo do maior uso do GNV (gás natural veicular) no estado do Rio de Janeiro.
De acordo com o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), uma frota total de mais de dois milhões de veículos pode utilizar o GNV como combustível.
Representando um crescimento de 62,5% em menos de cinco anos, o Rio de Janeiro responde por quase 60% do consumo de GNV no país, 35% dos postos, 60% da frota, 84% das instalações de Kit GNV.

Já para o segmento industrial, a Firjan ressalta que o principal fator de competitividade na tarifa final é o custo do gás natural, ou seja, da molécula vendida para a distribuidora, que compõe entre 60% e 65% da tarifa final.

Karine acredita que, com a abertura do mercado, a tendência é de queda de preço final do gás. E, para isso, será preciso colocar muito mais oferta de gás no mercado: "Tem que ter também uma garantia mínima de demanda. Por isso, a termelétrica é fundamental".
voltar para o topo

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA DA CÂMARA NÃO PAUTA PROJETO DO RISCO HIDROLÓGICO

da Agência iNFRA
A CME (Comissão de Minas e Energia) da Câmara dos Deputados não pautou na reunião ordinária desta quarta-feira (12) o projeto de lei que trata de uma solução para a dívida de R$ 7 bilhões do risco hidrológico (PL 10.985/10).
Na segunda-feira (10), o projeto chegou a entrar na pauta da CME durante à tarde, mas depois foi novamente excluído da lista. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, recebe hoje (11) o presidente da CME, deputado Silas Câmara (PRB-AM), para tratar do assunto.
O relator do PL 10.985 na comissão, deputado Benes Leocádio (PRB-RN), não tem comparecido às suas funções no Legislativo devido a problemas de saúde. É possível que o presidente da CME indique um novo relator para a matéria.
voltar para o topo

DIÁRIO OFICIAL

Combustíveis - Resolução 12 do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) estabeleceu diretrizes para a promoção da livre concorrência no abastecimento de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis.
Investimentos - Portaria 278 do Ministério da Economia abriu crédito especial no valor de R$ 15 milhões em favor de Furnas Centrais Elétricas e de outros R$ 100 milhões em favor da Empresa Gerencial de Projetos Navais no Orçamento de Investimentos.
Nuclear - Decreto 9.828 dispôs sobre o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.
Reidi - O Ministério de Minas e Energia aprovou enquadramento no Reidi de projetos do setor.
Regulação - Portaria 5.808 estabeleceu a estrutura de funcionamento interno da Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).
Itaipu - **Luiz Kaminski** foi exonerado do cargo de diretor de Coordenação da Itaipu Binacional. **Luiz Felipe Kraemer Carbonell** ocupará o posto.
Membros - Portaria 5.809 da ANEEL designou titulares de coordenações da Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado.
Viagem - A diretora da ANEEL Elisa Bastos Silva foi autorizada a viajar para a Irlanda para a "Fourth Annual Global Conference on Energy Efficiency", promovida pela International Energy Agency entre 22 e 27 de junho.
Lindb - Decreto 9.830 regulamentou os artigos 20 ao 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lindb (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).
voltar para o topo

FIQUE DE OLHO

Agenda do Ministro - O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, reúne-se hoje (11) com o diretor-geral da Itaipu, general Joaquim Silva e Luna, às 11h; com o deputado federal e presidente da CME (Comissão de Minas e Energia), Silas Câmara (PRB-AM), às 11h30; e com o chefe da Mubadala Capital no Brasil, Oscar Fahlgren, às 13h30. Às 15h, Bento Albuquerque participa da Deliberação do TCC (Termo de Cessação de Conduta) da Petrobras, no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

154º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo - O ministro Bento Albuquerque participa hoje, às 10h, da cerimônia de comemoração do 154º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília. Às 20h, participa da Sessão Magna comemorativa do 154º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo e Posses da Diretoria, Conselho Diretor e Conselho Fiscal, no Rio de Janeiro.

Centrais Elétricas - A Frente Parlamentar Mista em Defesa das CGHS (Centrais Geradoras Hidrelétricas) e das PCHS (Pequenas Centrais Hidrelétricas) será lançada nesta terça-feira (11), às 15h. O coordenador do grupo é o deputado Pedro Lupion (DEM-PR). A frente parlamentar deve trabalhar na promoção do aprimoramento da legislação sobre o tema; no acompanhamento da tramitação e na proposição de matérias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; e na promoção do debate sobre projeto estratégico de desenvolvimento sustentável do país.

PLD - O PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) para a segunda semana de junho (8 a 14 de junho de 2019) foi fixado em R$ 42,35/MWh para todos os submercados. Segundo informações da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), a principal responsável pela permanência do PLD no valor mínimo foi a elevação da energia armazenada aliada com a redução da carga. Para a próxima semana, a expectativa é que a carga prevista do SIN (Sistema Interligado Nacional) fique cerca de 570 MW médios mais baixa, com redução esperada somente no Sul.

Monitoramento de Ativos - O Cepel instalou um sistema pioneiro de monitoramento online contínuo de descargas parciais em geradores elétricos na Hidrelétrica de Balbina (AM), pertencente à Amazonas GT. A nova plataforma é resultante da integração dos sistemas SOMA e IMA-DP, o que permitirá otimizar o tempo e os custos de manutenção, reduzindo os riscos de falhas de isolação nos geradores da UHE, que possui 250 MW de capacidade de geração.

Grupo Enel - A Enel Green Power Brasil, subsidiária de energia renovável do Grupo Enel, iniciou a operação para ampliação de 29,4 MW do parque eólico Delfina, que opera com 180 MW atualmente na Bahia. De acordo com a companhia, a conexão da extensão com a rede ocorreu quatro anos antes do prazo estipulado pelas regras do leilão público A-6 de 2017, realizado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Lucro Emae - A Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) obteve lucro líquido de R$ 20,8 milhões no primeiro trimestre de 2019, montante 30,3% superior aos R$ 15,9 milhões registrados no mesmo período do ano passado. Já a Receita Operacional Líquida saltou de R$ 55,8 milhões para R$ 106,7 milhões, desempenho 91,3% maior em relação ao valor obtido nos três primeiros meses do ano anterior.

Nível dos Reservatórios - Os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste iniciaram a semana com níveis abaixo de 48%, segundo dados coletados pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), no último domingo (9). Na região Norte o subsistema aumentou em 0,2%, indo para 74% da capacidade. Por sua vez o Sul do país aferiu crescimento de 0,3% nos níveis, que chegaram a 86,6%, maior volume registrado no ano para o subsistema. O submercado Nordeste contou com redução de 0,1% na capacidade de armazenamento, que caiu para 57,3%.

Prazos CCEE - Hoje (11) é a data-limite para divulgação dos resultados da liquidação financeira do MCP (Mercado de Curto Prazo) e para certificação de pós-liquidação do MCP referente a abril, e para divulgação dos relatórios de pré-liquidação de Cotas de Garantia Física, referentes a maio. Também é a data-limite para a validação de registros e de cessão de montantes, e para a solicitação de ajustes no SCDE (Sistema de Coleta de Dados de Energia) referentes a maio. Outras informações estão no site.
voltar para o topo

CLIPPING

Subsídio à geração solar pode custar R$ 34 bi a consumidor
Estimativa até 2035 foi enviada pela equipe econômica à Aneel. (Valor)

País precisa investir 4% do PIB em infraestrutura, diz consultor
Segundo o presidente da Inter B Consultoria Internacional, Claudio Frischtak, o investimento em infraestrutura deveria ser política de Estado, não de governo. (Valor)

AES Tietê cresce em geração distribuída
Companhia vai investir em projetos de geração solar para rede McDonald's e rede Farmácias São João. (Valor)

Para manter hidrelétricas, Cemig estuda venda de controle
Empresa estaria diante do risco de perder as concessões para estrangeiros que poderão vir a participar do leilão futuro desses ativos caso o contrato se encerre no prazo atual. (Valor, Reuters)

Caixa busca R$ 7 bi com papéis da Petrobras
Investidores de varejo podem ficar com até 24% das ações vendidas. (Valor, Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Reuters)

CPFL tem demanda abaixo do piso em oferta de ação
Os investidores querem mais desconto na oferta de ações da CPFL Energia, que está com sua oferta subsequente (follow on) na rua. (O Estado de S. Paulo – Coluna do Broadcast)

Cade deve aceitar proposta da Petrobras de vender quase 50% das refinarias
O acordo será analisado pelo tribunal do Cade na sessão desta terça-feira, que deve homologar o entendimento. (O Estado de S. Paulo)

Petrobras leiloará plataformas avaliadas em até US$ 400 mil
Edital será lançado em 2020. Mercado para desmonte dessas unidades cresce no país. (O Globo)

Investigação da Aneel pode levar à perda das concessões de Light e Cemig
Agência estuda investigar o não cumprimento de obrigações contratuais da Cemig quanto à qualidade do fornecimento, e da Light quanto a níveis de endividamento. (O Globo – Ancelmo Gois)

Petrobras recebe propostas pela Liquigás na terça-feira, dizem fontes
O prazo inicial para a entrega de propostas não vinculantes era 6 de junho, mas a Petrobras decidiu adiar a data até que saísse o resultado do julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre seu programa de desinvestimentos. (Reuters)

Elétrica CEB busca levantar R$500 mi em meio a discussões sobre privatização, diz CEO
Uma das hipóteses é a venda de uma participação majoritária na CEB-D, um ativo que poderia atrair interesse de elétricas como a italiana Enel e a brasileira Energisa. (Reuters)

voltar para o topo

A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, entre em contato.
O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia é destinado a assinantes**. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.
Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço infrajornalismo@agenciainfra.com em seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA. .

Imagens:
Divulgação MME
Artes:
-

Equipe Agência iNFRA
Editor-Chefe: Dimmi Amora
Editora de Energia: Leila Coimbra
Repórteres: Bernardo Gonzaga e Lucas Santin. **Redação:** Rodrigo Zuquim **Estagiária**: Luana Dorigon
Colaboradores: Andrea Shad, Gabriel Tabatcheik e Tales Silveira
Negócios: Ricardo Bastos. **Administração**: Beatriz Souza
+55 (61) 98192-2771
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this?   unsubscribe from this list   update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.